

AVULSO DA 15ª (DÉCIMA QUINTA) SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 4ª (QUARTA) SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª (NONA) LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MARACANAÚ. 18/03/2020.

DISCUSSÃO FINAL E VOTAÇÃO DO PROJETOS DE LEI Nº

023/2020, de autoria do Poder Executivo – Autoriza ao Poder Executivo a contribuir mensalmente com a Associação dos Municípios e Prefeitos do Estado do Ceará - APRECE, e dá outras providências.

024/2020, de autoria do Poder Executivo – Altera a Lei nº 1.232, de 06 de julho de 2007, que dispõe sobre a Política Ambiental do município de Maracanaú, na forma que especifica.

025/2020, de autoria do Poder Executivo – Institui o Piso Salarial a ser pago aos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, em cumprimento a Lei Federal nº 11.350, de 05 de outubro de 2006, alterada pela Lei Federal nº 13.708, de 14 de agosto de 2018 e altera a base de cálculo do Prêmio por Produtividade de Visita Domiciliar a ser pago aos Agentes de Combate às Endemias, instituído pela Lei nº 1.814, de 01 de março de 2012, alterada pela Lei Municipal nº 2.246

AVULSO DA 16ª (DÉCIMA SEXTA) SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 4ª (QUARTA) SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª (NONA) LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MARACANAÚ. 18/03/2020.

VOTAÇÃO ÚNICA DA REDAÇÃO FINAL DOS PROJETOS DE LEI Nº

023/2020, de autoria do Poder Executivo – Autoriza ao Poder Executivo a contribuir mensalmente com a Associação dos Municípios e Prefeitos do Estado do Ceará - APRECE, e dá outras providências.

024/2020, de autoria do Poder Executivo – Altera a Lei nº 1.232, de 06 de julho de 2007, que dispõe sobre a Política Ambiental do município de Maracanaú, na forma que especifica.

025/2020, de autoria do Poder Executivo – Institui o Piso Salarial a ser pago aos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, em cumprimento a Lei Federal nº 11.350, de 05 de outubro de 2006, alterada pela Lei Federal nº 13.708, de 14 de agosto de 2018 e altera a base de cálculo do Prêmio por Produtividade de Visita Domiciliar a ser pago aos Agentes de Combate às Endemias, instituído pela Lei nº 1.814, de 01 de março de 2012, alterada pela Lei Municipal nº 2.246